

Os satélites de comunicações e o direito à comunicação¹

Por Jean d'Arcy²

1 (N.T.): Artigo publicado originalmente com o título *Direct broadcast satellite and the right to communicate*, em novembro de 1969, no número 118 da Revista da Associação Europeia de Radiodifusão, que reúne as emissoras públicas do continente. Tradução de Edgard Rebouças.

2 Jean d'Arcy, que atualmente é diretor da Divisão de Serviços de Rádio e Televisão, do Gabinete de Informação Pública das Nações Unidas, gentilmente aceitou o convite da Revista EBU para contribuir com esta edição especial. As opiniões expressadas por ele são pessoais e não necessariamente representam as de sua organização. (N.T.): Jean d'Arcy serviu na ONU entre 1961 e 1971. Em 1975 assumiu a presidência do conselho do Instituto Nacional do Audiovisual (INA), na França, e faleceu em 1983, aos 69 anos.



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhalgal

Introdução

Chegará o tempo em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos terá que abranger um direito mais amplo do que o direito humano à informação, estabelecido pela primeira vez há 21 anos no Artigo 19. Esse é o direito humano à comunicação.

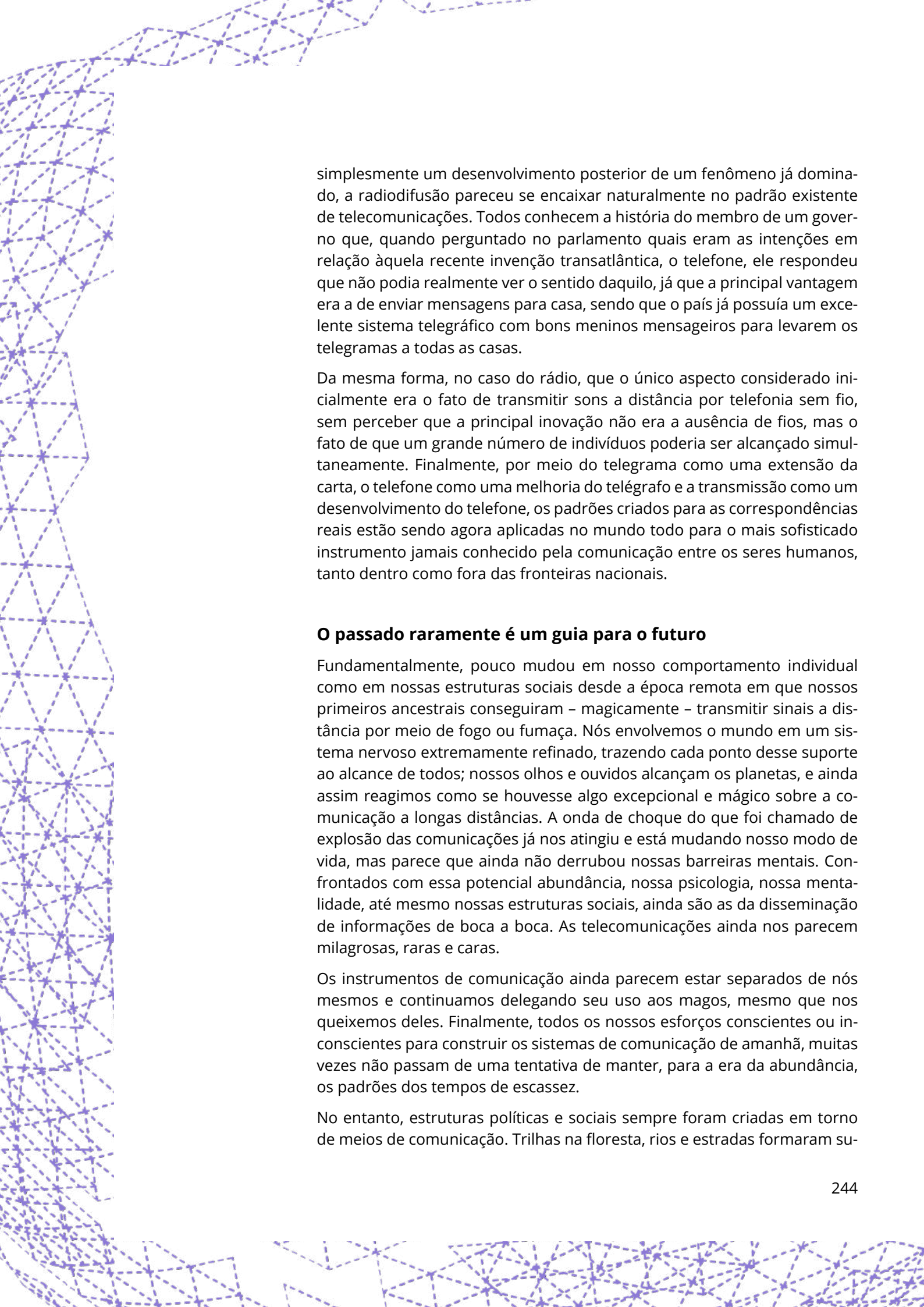
Esse é o ângulo a partir do qual o futuro desenvolvimento das comunicações terá que ser considerado para ser totalmente compreendido, seja por satélites, computadores, gravadores de vídeo ou distribuição de sons e imagens. Essas técnicas estão intimamente inter-relacionadas, e um dia trarão ao alcance do indivíduo a liberdade de troca de informações da qual ele foi até então privado pela escassez de possibilidades de comunicação. Chegará a hora, se assim desejarmos, em que as imagens ao vivo serão tão úteis quanto livros e jornais foram durante séculos. Isso acontecerá depois que os monopólios, sejam eles privados ou públicos, tiverem que abandonar o controle, pois estarão sob o ataque de duas frentes de tecnologias: espaciais e terrestres.

Razões e limites dos monopólios

De fato, ainda não se passaram 100 anos desde que a humanidade pode ser capaz de ouvir a distância, e apenas 40 desde que foi capaz de ver além do horizonte. Tais conquistas foram deslumbrantes, e a extraordinariamente complexa organização, pública ou privada, que foi criada para tais avanços, forçou as pessoas a aceitarem uma restrição de liberdade que já havia sido rejeitada anteriormente em relação a outros veículos de pensamento. Esquecendo que eram elas mesmas como indivíduos que estavam escutando e vendo a distância, aceitaram que outras pessoas deveriam decidir o que era adequado para elas. Foi uma época de escravização para a máquina, e o antigo contato familiar entre o ser humano e suas ferramentas, que era parte de si mesmo, estava perdido. A máquina havia aparecido repentinamente e era bem estranha ao homem. E assim, parecia normal e necessário deixar o controle dessas máquinas, que permaneciam a distância para seus próprios sentidos, nas mãos de outras pessoas. Para ouvir e ver, a humanidade aceitou os monopólios públicos ou privados que havia gradualmente eliminado no caso da leitura.

Além disso, os que estão no poder sejam líderes religiosos, políticos ou empresários, sempre souberam que quem controla as comunicações efetivamente controla a sociedade. Dos passeios públicos às rodovias, do *imprimatur* ao *index*, das estrebarias ao "*cabinet noir*", a história das comunicações entre os seres humanos é marcada pelos controles e censuras instituídos para simplificar o ato de governo. Um monopólio de direito ou de fato da produção de sons e imagens poderia ser facilmente justificado, mas também era extremamente lucrativo para os detentores do poder.

Uma vez que, afinal, quando confrontada com um novo fenômeno, a mente humana sempre tende a não examiná-la em si mesma, mas considerando-a



simplesmente um desenvolvimento posterior de um fenômeno já dominado, a radiodifusão pareceu se encaixar naturalmente no padrão existente de telecomunicações. Todos conhecem a história do membro de um governo que, quando perguntado no parlamento quais eram as intenções em relação àquela recente invenção transatlântica, o telefone, ele respondeu que não podia realmente ver o sentido daquilo, já que a principal vantagem era a de enviar mensagens para casa, sendo que o país já possuía um excelente sistema telegráfico com bons meninos mensageiros para levarem os telegramas a todas as casas.

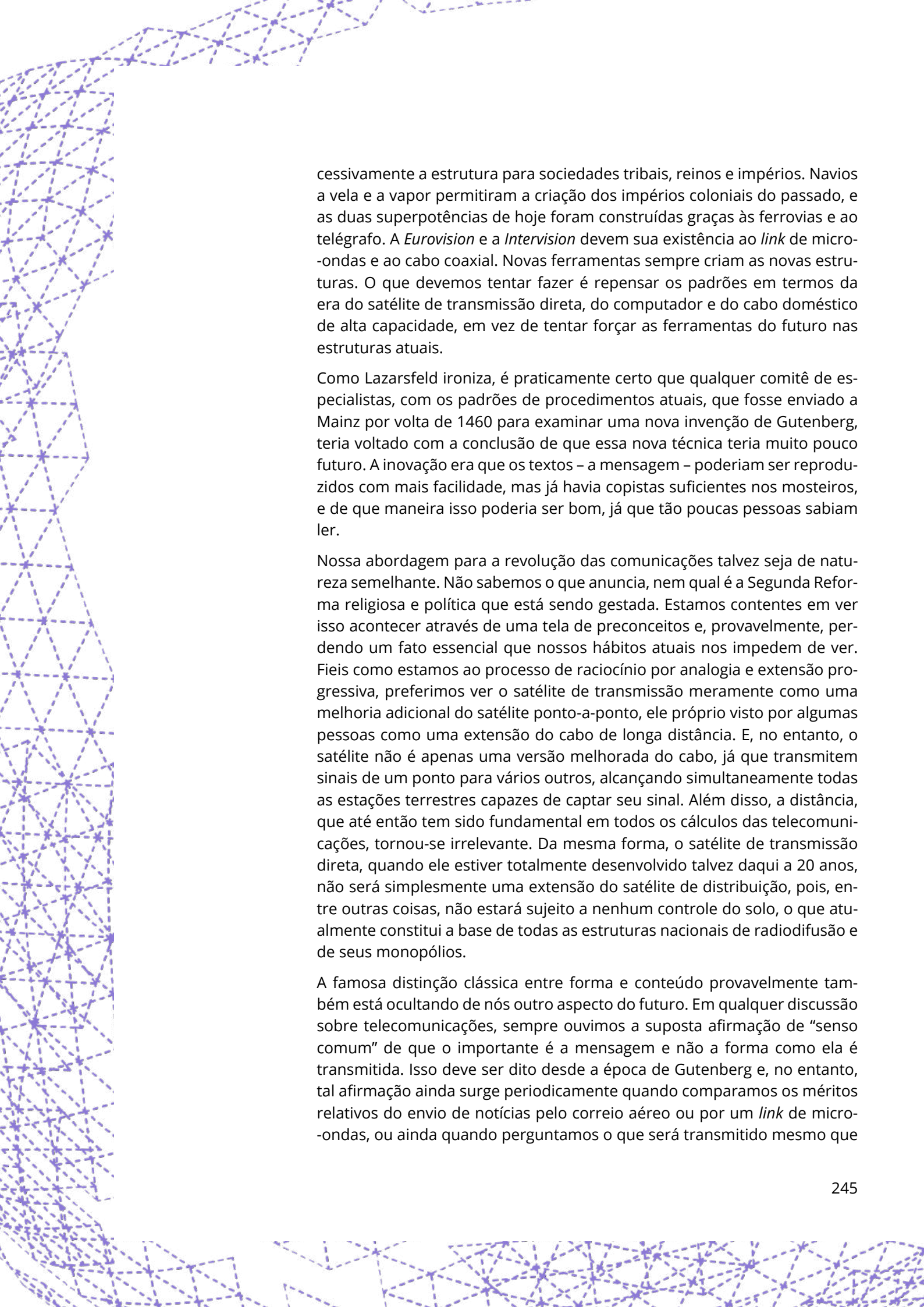
Da mesma forma, no caso do rádio, que o único aspecto considerado inicialmente era o fato de transmitir sons a distância por telefonia sem fio, sem perceber que a principal inovação não era a ausência de fios, mas o fato de que um grande número de indivíduos poderia ser alcançado simultaneamente. Finalmente, por meio do telegrama como uma extensão da carta, o telefone como uma melhoria do telégrafo e a transmissão como um desenvolvimento do telefone, os padrões criados para as correspondências reais estão sendo agora aplicadas no mundo todo para o mais sofisticado instrumento jamais conhecido pela comunicação entre os seres humanos, tanto dentro como fora das fronteiras nacionais.

O passado raramente é um guia para o futuro

Fundamentalmente, pouco mudou em nosso comportamento individual como em nossas estruturas sociais desde a época remota em que nossos primeiros ancestrais conseguiram – magicamente – transmitir sinais a distância por meio de fogo ou fumaça. Nós envolvemos o mundo em um sistema nervoso extremamente refinado, trazendo cada ponto desse suporte ao alcance de todos; nossos olhos e ouvidos alcançam os planetas, e ainda assim reagimos como se houvesse algo excepcional e mágico sobre a comunicação a longas distâncias. A onda de choque do que foi chamado de explosão das comunicações já nos atingiu e está mudando nosso modo de vida, mas parece que ainda não derrubou nossas barreiras mentais. Confrontados com essa potencial abundância, nossa psicologia, nossa mentalidade, até mesmo nossas estruturas sociais, ainda são as da disseminação de informações de boca a boca. As telecomunicações ainda nos parecem milagrosas, raras e caras.

Os instrumentos de comunicação ainda parecem estar separados de nós mesmos e continuamos delegando seu uso aos magos, mesmo que nos queixemos deles. Finalmente, todos os nossos esforços conscientes ou inconscientes para construir os sistemas de comunicação de amanhã, muitas vezes não passam de uma tentativa de manter, para a era da abundância, os padrões dos tempos de escassez.

No entanto, estruturas políticas e sociais sempre foram criadas em torno de meios de comunicação. Trilhas na floresta, rios e estradas formaram su-



cessivamente a estrutura para sociedades tribais, reinos e impérios. Navios a vela e a vapor permitiram a criação dos impérios coloniais do passado, e as duas superpotências de hoje foram construídas graças às ferrovias e ao telégrafo. A *Eurovision* e a *Intervision* devem sua existência ao *link* de micro-ondas e ao cabo coaxial. Novas ferramentas sempre criam as novas estruturas. O que devemos tentar fazer é repensar os padrões em termos da era do satélite de transmissão direta, do computador e do cabo doméstico de alta capacidade, em vez de tentar forçar as ferramentas do futuro nas estruturas atuais.

Como Lazarsfeld ironiza, é praticamente certo que qualquer comitê de especialistas, com os padrões de procedimentos atuais, que fosse enviado a Mainz por volta de 1460 para examinar uma nova invenção de Gutenberg, teria voltado com a conclusão de que essa nova técnica teria muito pouco futuro. A inovação era que os textos – a mensagem – poderiam ser reproduzidos com mais facilidade, mas já havia copistas suficientes nos mosteiros, e de que maneira isso poderia ser bom, já que tão poucas pessoas sabiam ler.

Nossa abordagem para a revolução das comunicações talvez seja de natureza semelhante. Não sabemos o que anuncia, nem qual é a Segunda Reforma religiosa e política que está sendo gestada. Estamos contentes em ver isso acontecer através de uma tela de preconceitos e, provavelmente, perdendo um fato essencial que nossos hábitos atuais nos impedem de ver. Fieis como estamos ao processo de raciocínio por analogia e extensão progressiva, preferimos ver o satélite de transmissão meramente como uma melhoria adicional do satélite ponto-a-ponto, ele próprio visto por algumas pessoas como uma extensão do cabo de longa distância. E, no entanto, o satélite não é apenas uma versão melhorada do cabo, já que transmite sinais de um ponto para vários outros, alcançando simultaneamente todas as estações terrestres capazes de captar seu sinal. Além disso, a distância, que até então tem sido fundamental em todos os cálculos das telecomunicações, tornou-se irrelevante. Da mesma forma, o satélite de transmissão direta, quando ele estiver totalmente desenvolvido talvez daqui a 20 anos, não será simplesmente uma extensão do satélite de distribuição, pois, entre outras coisas, não estará sujeito a nenhum controle do solo, o que atualmente constitui a base de todas as estruturas nacionais de radiodifusão e de seus monopólios.

A famosa distinção clássica entre forma e conteúdo provavelmente também está ocultando de nós outro aspecto do futuro. Em qualquer discussão sobre telecomunicações, sempre ouvimos a suposta afirmação de “senso comum” de que o importante é a mensagem e não a forma como ela é transmitida. Isso deve ser dito desde a época de Gutenberg e, no entanto, tal afirmação ainda surge periodicamente quando comparamos os méritos relativos do envio de notícias pelo correio aéreo ou por um *link* de micro-ondas, ou ainda quando perguntamos o que será transmitido mesmo que

3 Documento A/AC. 105/51,
p. 3-4.

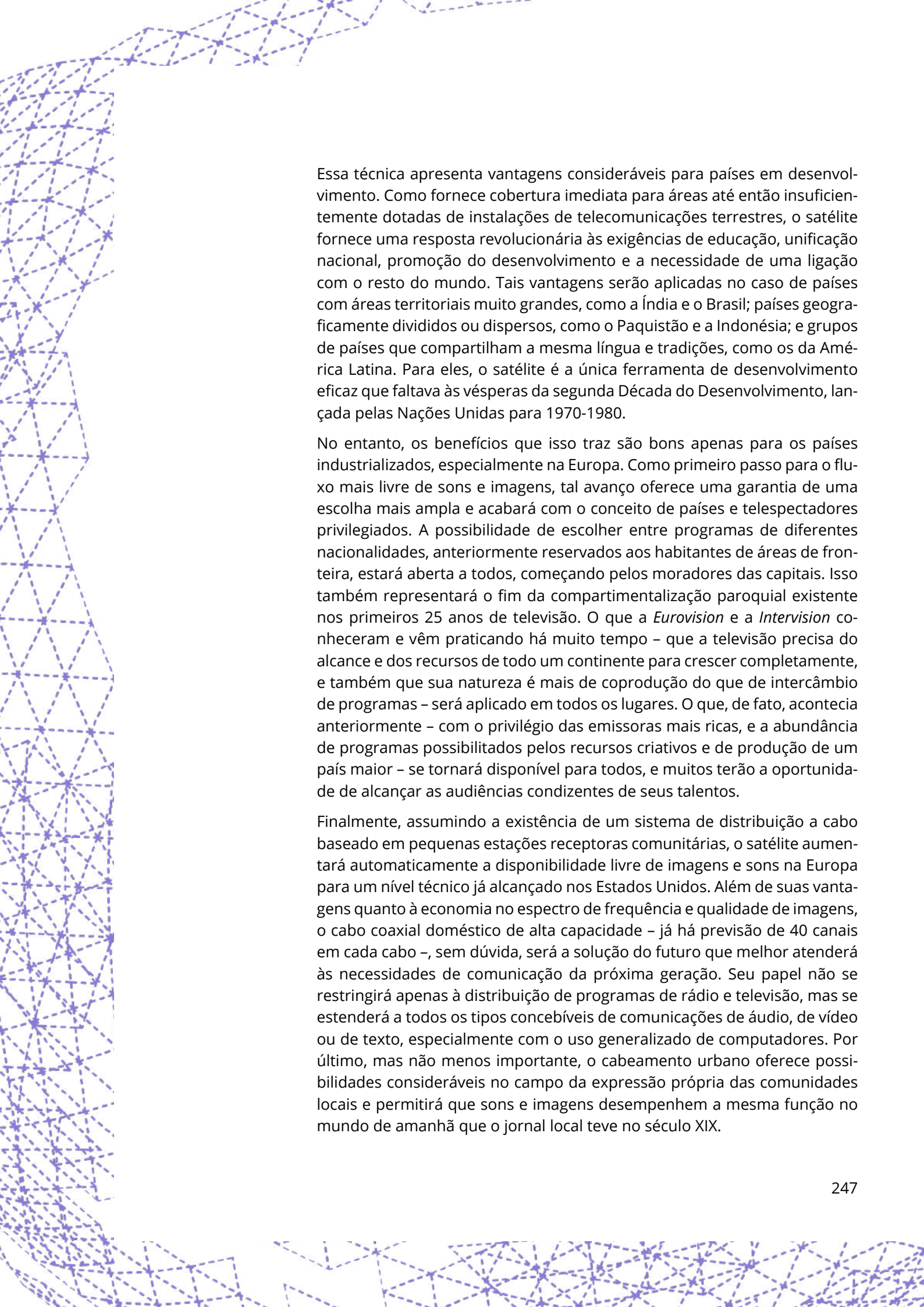
a informação já tenha sido formatada. Muito antes de nos dizerem que “o meio é a mensagem”, a *Eurovision* e a *Intervision* sabiam que a rede internacional cria o programa apenas por estar lá, e que o impacto sobre os espectadores desses sons e imagens passando livremente pelas fronteiras nacionais era tão grande, que os executivos de emissoras dos países eram obrigados a fazer o máximo para obtê-los. A rede lhes deu novas dimensões. O mesmo já acontece no caso dos satélites – por exemplo, o famoso caso em que um governo, para apaziguar o público, teve que multar uma empresa de televisão por não transmitir uma partida de futebol que havia sido retransmitida via satélite –, e isso ficará cada vez mais em evidência. Se quisermos tentar enxergar com mais clareza o futuro, aparentemente teremos que nos livrar de uma vez por todas de certos hábitos de pensamentos e de certas afirmações de “senso comum”, que são, na verdade, simplesmente visões desatualizadas.

Opiniões atuais sobre o futuro imediato

As conclusões técnicas do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Satélites de Radiodifusão Direta, sob a presidência do Sr. Olof Rydbeck, diretor-geral da Rádio Sueca, são bem claras:³

1. A transmissão direta para os receptores em *comunidade* pode estar perto. A tecnologia atualmente em desenvolvimento pode permitir isso em meados da década de 1970. Tal sistema é considerado mais barato para ser lançamento do que o destinado à recepção direta nas residências das pessoas.
2. A transmissão direta *aumentada* para televisores domiciliares pode se tornar viável tecnologicamente em 1975. No entanto, os fatores de custo para os segmentos terrestre e espacial de tal sistema são inibidores... Então, é muito improvável que esse tipo de sistema estará pronto para implantação em uma base operacional muitos anos após sua data de viabilidade projetada.
3. [...] a atual transmissão direta de sinais para televisores domiciliares *não aprimorados* em uma base operacional não está prevista para o período 1970-1985. Isso reflete a falta de recursos tecnológicos para transmitir sinais dos satélites com força suficiente.

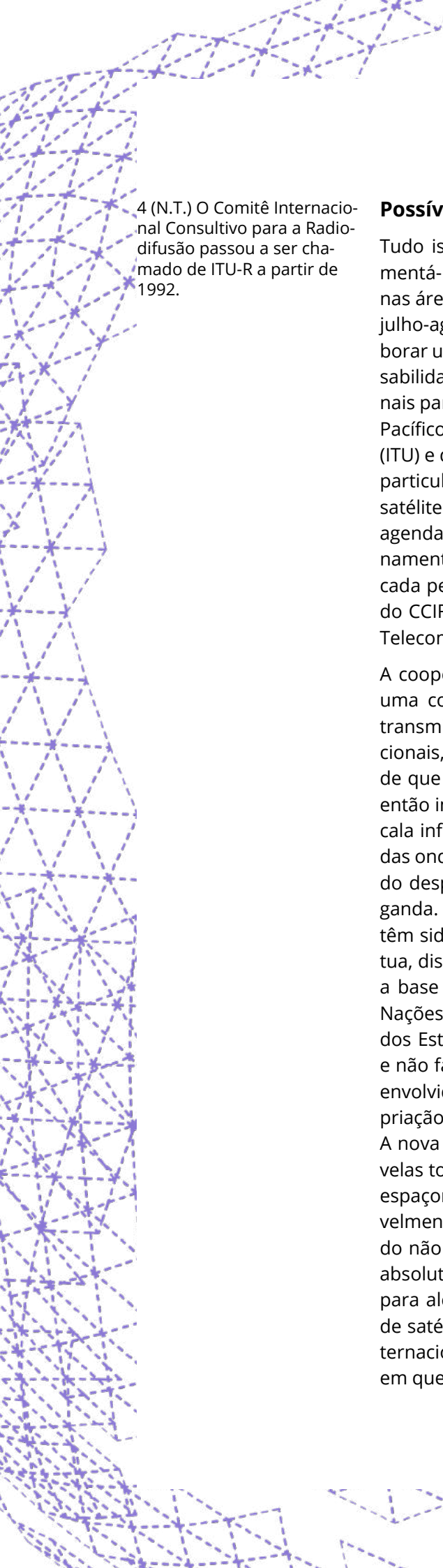
Parece, então, que serão precisos apenas alguns anos para que seja tecnicamente possível operar um satélite com programas que poderiam ser recebidos por instalações terrestres relativamente simples, capazes de satisfazer a necessidades de pequenas comunidades, da ordem de mil habitantes, e que seriam fornecidos individualmente por estações retransmissoras ou a cabo, dependendo das instalações terrestres disponíveis.



Essa técnica apresenta vantagens consideráveis para países em desenvolvimento. Como fornece cobertura imediata para áreas até então insuficientemente dotadas de instalações de telecomunicações terrestres, o satélite fornece uma resposta revolucionária às exigências de educação, unificação nacional, promoção do desenvolvimento e a necessidade de uma ligação com o resto do mundo. Tais vantagens serão aplicadas no caso de países com áreas territoriais muito grandes, como a Índia e o Brasil; países geograficamente divididos ou dispersos, como o Paquistão e a Indonésia; e grupos de países que compartilham a mesma língua e tradições, como os da América Latina. Para eles, o satélite é a única ferramenta de desenvolvimento eficaz que faltava às vésperas da segunda Década do Desenvolvimento, lançada pelas Nações Unidas para 1970-1980.

No entanto, os benefícios que isso traz são bons apenas para os países industrializados, especialmente na Europa. Como primeiro passo para o fluxo mais livre de sons e imagens, tal avanço oferece uma garantia de uma escolha mais ampla e acabará com o conceito de países e telespectadores privilegiados. A possibilidade de escolher entre programas de diferentes nacionalidades, anteriormente reservados aos habitantes de áreas de fronteira, estará aberta a todos, começando pelos moradores das capitais. Isso também representará o fim da compartimentalização paroquial existente nos primeiros 25 anos de televisão. O que a *Eurovision* e a *Intervision* conheceram e vêm praticando há muito tempo – que a televisão precisa do alcance e dos recursos de todo um continente para crescer completamente, e também que sua natureza é mais de coprodução do que de intercâmbio de programas – será aplicado em todos os lugares. O que, de fato, acontecia anteriormente – com o privilégio das emissoras mais ricas, e a abundância de programas possibilitados pelos recursos criativos e de produção de um país maior – se tornará disponível para todos, e muitos terão a oportunidade de alcançar as audiências condizentes de seus talentos.

Finalmente, assumindo a existência de um sistema de distribuição a cabo baseado em pequenas estações receptoras comunitárias, o satélite aumentará automaticamente a disponibilidade livre de imagens e sons na Europa para um nível técnico já alcançado nos Estados Unidos. Além de suas vantagens quanto à economia no espectro de frequência e qualidade de imagens, o cabo coaxial doméstico de alta capacidade – já há previsão de 40 canais em cada cabo –, sem dúvida, será a solução do futuro que melhor atenderá às necessidades de comunicação da próxima geração. Seu papel não se restringirá apenas à distribuição de programas de rádio e televisão, mas se estenderá a todos os tipos concebíveis de comunicações de áudio, de vídeo ou de texto, especialmente com o uso generalizado de computadores. Por último, mas não menos importante, o cabeamento urbano oferece possibilidades consideráveis no campo da expressão própria das comunidades locais e permitirá que sons e imagens desempenhem a mesma função no mundo de amanhã que o jornal local teve no século XIX.




4 (N.T.) O Comitê Internacional Consultivo para a Radiodifusão passou a ser chamado de ITU-R a partir de 1992.

Possíveis linhas de pesquisa

Tudo isso será tecnologicamente viável em cinco anos, mas, para implementá-lo, uma quantidade considerável de trabalho ainda precisa ser feita nas áreas política, legal, administrativa e organizacional. Na sua reunião de julho-agosto de 1969, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas tentou elaborar uma lista dos problemas a serem resolvidos, especificando as responsabilidades específicas que recaem sobre as várias organizações internacionais para cada caso: as Nações Unidas por meio de seu Comitê sobre o Uso Pacífico do Espaço (COPUOS), da União Internacional de Telecomunicações (ITU) e da Unesco. Destacou-se o trabalho já realizado por alguns deles, em particular a Unesco, e reforçou-se a importância de que o tema sobre os satélite deveria estar presente nas reuniões e conferências internacionais agendadas para os próximos dois anos: a reunião de especialistas governamentais em acordos internacionais sobre comunicação espacial, convocada pela Unesco para 2 a 9 de dezembro de 1969; a Assembleia Plenária do CCIR⁴, em 1970; e a Conferência Administrativa Mundial de Rádio para Telecomunicações Espaciais, convocada pela ITU para 7 de junho de 1971.

A cooperação intergovernamental a mais próxima possível é obviamente uma condição essencial para o pleno desenvolvimento dos satélites de transmissão direta. Com essa nova ferramenta, ignorando as fronteiras nacionais, que logo estarão nas mãos das pessoas, há, é claro, a possibilidade de que algum poder faça uma tentativa unilateral de dominação; pode-se então imaginar o início de uma “guerra das telecomunicações” em uma escala infinitamente maior do que a que ocorreu muitos anos atrás no caso das ondas curtas. No entanto, todos estão agora conscientes da inutilidade, do desperdício e da limitada futilidade dessa propaganda e contrapropaganda. Além disso, o espírito no qual a exploração e a utilização do espaço têm sido conduzidas nos últimos 12 anos, e os princípios de restrição mútua, disciplina internacional e limitação da soberania nacional que formam a base do Tratado de 1967 sobre o Espaço, e das várias resoluções das Nações Unidas sobre o assunto, parecem ser uma prova clara da vontade dos Estados envolvidos em não levar rivalidades nacionais para o espaço e não fazer quaisquer novos movimentos sem o acordo tácito de todos os envolvidos. Um acordo unânime sobre uma cláusula como a da não apropriação do espaço e dos corpos celestes teria sido impensável há 20 anos. A nova ferramenta levou ao novo padrão, a nova lei. Assim como as caravelas tornaram possível estabelecer a liberdade dos mares e oceanos, e as espaçonaves do espaço, o satélite de telecomunicações conduzirá inevitavelmente a um novo conjunto de leis, um novo padrão internacional fundado não na rivalidade entre Estados soberanos, mas na cooperação. Isto é absolutamente necessário para a plena expansão das fábricas de satélites: para além do fato de por ser tecnicamente possível interceptar emissões de satélites, elas dão origem a grandes problemas nas áreas do direito internacional público e privado, da cultura e da política, no campo social e em questões empresariais, que uma solução bem-sucedida exigirá estudos

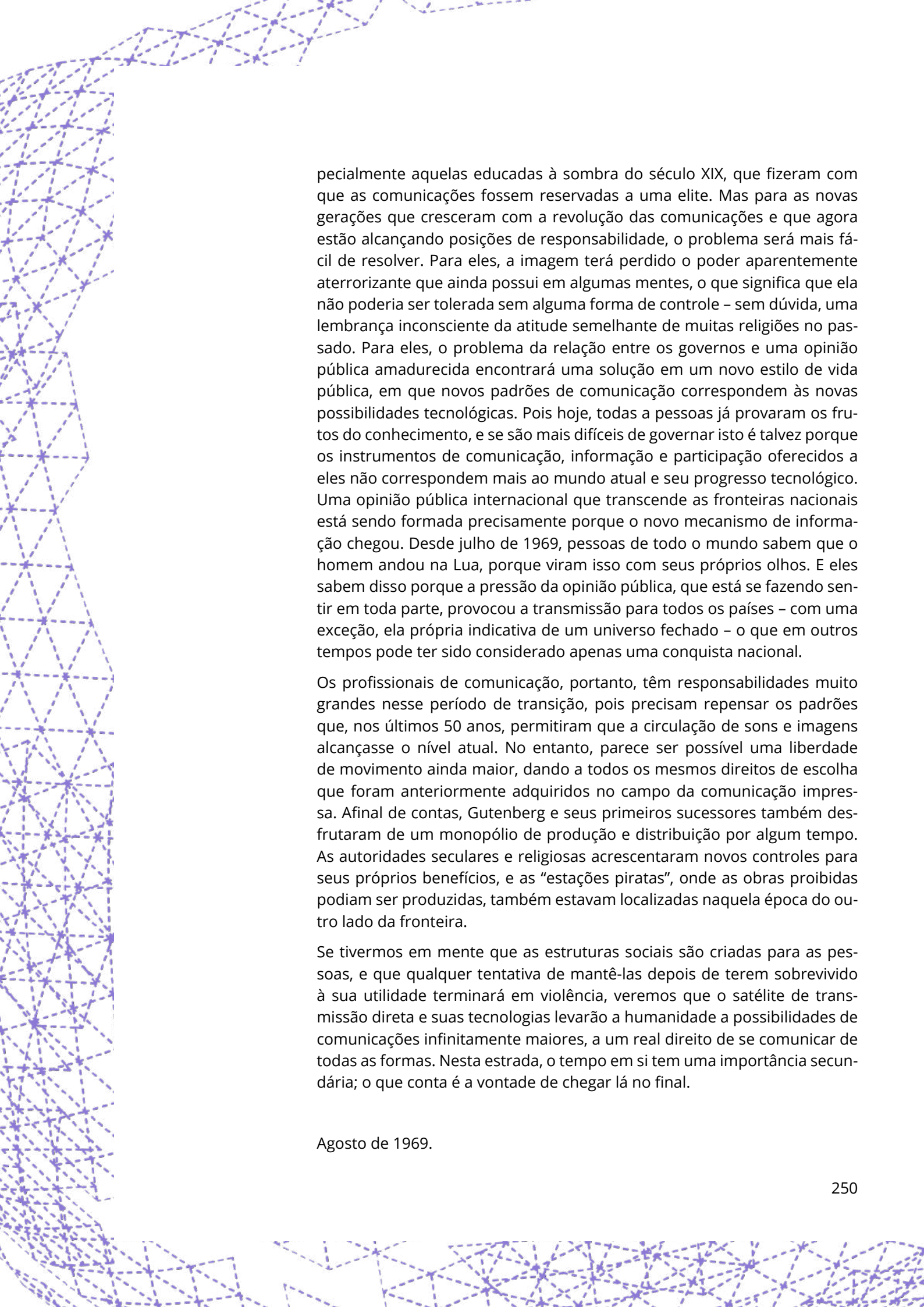


conjuntos aprofundados e acordos intergovernamentais no mais alto nível. Algumas delegações já pareciam preparadas para aceitar novas restrições ao princípio da soberania nacional nessas áreas, e é provável que se fosse proposto um acordo que proíba a guerra das telecomunicações no espaço, como a que está sendo travada nas comunicações terrestres, algo poderia finalmente ser formalizado no espírito do Tratado Espacial de 1967.

Em seu relatório, o Grupo de Trabalho da ONU retorna a esse ponto da indispensável cooperação internacional entre os governos artigo após artigo, mas também enfatiza o papel e as responsabilidades das empresas de radiodifusão nessas questões, e cita o exemplo da *Eurovision* e da *Intervision* para o trabalho que já vêm realizando e o que resta a ser alcançado. Trabalhar sob esta perspectiva promete dar frutos. Parece, em primeiro lugar, que deve-se trabalhar mais para grupos de países vizinhos, em vez de nos excedermos tentando estabelecer desde o início uma organização mundial ou um sistema de acordos nas áreas de comunicação onde a cultura ou tradições de uma região ou continente desempenham um papel predominante. A tecnologia de transmissão via satélite é mais adequada para essa abordagem. Em segundo lugar, não há dúvida de que, como provam as experiências da *Eurovision* e da *Intervision*, os usos, tradições e regras que mais tarde podem ser consagrados e dotados de força legal nos acordos internacionais emergem gradualmente do fato de trabalhar juntos diariamente e a partir da experiência adquirida no dia a dia de uma rede internacional regional.

Finalmente, parece que um tipo de estrutura de dois níveis, similar àquela encontrada para a transmissão em muitos países, deve ser tomada como o padrão regional – e, eventualmente global – para a operação de satélites de transmissão direta. A radiodifusão já existe há quase 50 anos e, nesse período, a maioria dos governos percebeu que era do interesse deles e nacional não assumir o controle direto da radiodifusão, mas sim estimular a criação de empresas públicas, semipúblicas ou privadas responsáveis pela opinião pública e agindo, por assim dizer, como um intermediário entre eles e a população. Esse tipo de estrutura pode ser transposta para o nível internacional, seja regional ou global: lado a lado com uma agência governamental encarregada da gestão das comunicações espaciais, a existência de uma segunda agência não governamental responsável pela transmissão via satélite poderia ser uma salvaguarda fiável dos interesses públicos e da livre circulação de informação. Suas mãos estariam menos atadas porque não envolveria constantemente o prestígio e a soberania nacional e, portanto, desfrutariam da liberdade de ação necessária a qualquer órgão criativo. A esse respeito, a *Eurovision* e a *Intervision* mostraram o caminho desde o início: elas podem fazer muito para ajudar progressivamente na criação da futura organização.

É fácil ver como o fim gradual da era em que as nações viviam em comunidades fechadas de comunicações pode amedrontar algumas pessoas, es-



pecialmente aquelas educadas à sombra do século XIX, que fizeram com que as comunicações fossem reservadas a uma elite. Mas para as novas gerações que cresceram com a revolução das comunicações e que agora estão alcançando posições de responsabilidade, o problema será mais fácil de resolver. Para eles, a imagem terá perdido o poder aparentemente aterrorizante que ainda possui em algumas mentes, o que significa que ela não poderia ser tolerada sem alguma forma de controle – sem dúvida, uma lembrança inconsciente da atitude semelhante de muitas religiões no passado. Para eles, o problema da relação entre os governos e uma opinião pública amadurecida encontrará uma solução em um novo estilo de vida pública, em que novos padrões de comunicação correspondem às novas possibilidades tecnológicas. Pois hoje, todas as pessoas já provaram os frutos do conhecimento, e se são mais difíceis de governar isto é talvez porque os instrumentos de comunicação, informação e participação oferecidos a eles não correspondem mais ao mundo atual e seu progresso tecnológico. Uma opinião pública internacional que transcende as fronteiras nacionais está sendo formada precisamente porque o novo mecanismo de informação chegou. Desde julho de 1969, pessoas de todo o mundo sabem que o homem andou na Lua, porque viram isso com seus próprios olhos. E eles sabem disso porque a pressão da opinião pública, que está se fazendo sentir em toda parte, provocou a transmissão para todos os países – com uma exceção, ela própria indicativa de um universo fechado – o que em outros tempos pode ter sido considerado apenas uma conquista nacional.

Os profissionais de comunicação, portanto, têm responsabilidades muito grandes nesse período de transição, pois precisam repensar os padrões que, nos últimos 50 anos, permitiram que a circulação de sons e imagens alcançasse o nível atual. No entanto, parece ser possível uma liberdade de movimento ainda maior, dando a todos os mesmos direitos de escolha que foram anteriormente adquiridos no campo da comunicação impressa. Afinal de contas, Gutenberg e seus primeiros sucessores também desfrutaram de um monopólio de produção e distribuição por algum tempo. As autoridades seculares e religiosas acrescentaram novos controles para seus próprios benefícios, e as “estações piratas”, onde as obras proibidas podiam ser produzidas, também estavam localizadas naquela época do outro lado da fronteira.

Se tivermos em mente que as estruturas sociais são criadas para as pessoas, e que qualquer tentativa de mantê-las depois de terem sobrevivido à sua utilidade terminará em violência, veremos que o satélite de transmissão direta e suas tecnologias levarão a humanidade a possibilidades de comunicações infinitamente maiores, a um real direito de se comunicar de todas as formas. Nesta estrada, o tempo em si tem uma importância secundária; o que conta é a vontade de chegar lá no final.

Agosto de 1969.